



**CGD PENSÕES**  
Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2024**

[www.cgdpensoes.pt](http://www.cgdpensoes.pt)





## INDICE

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO .....	3
2. MERCADOS FINANCEIROS .....	6
3. MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS .....	11
4. PERSPETIVAS PARA 2025 .....	11
5. GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES EM PORTUGAL .....	13
6. ATIVIDADE COMERCIAL .....	14
7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO .....	14
8. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL .....	15
9. PRINCIPAIS RISCOS .....	16
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	17
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS .....	19
12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....	46
13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	51



## 1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A economia global continuou a demonstrar em 2024 uma resiliência considerável, mesmo diante de condições financeiras ainda restritas e de uma crescente incerteza de caráter geopolítico. A dissipação dos efeitos dos choques que derivaram da pandemia, a permanência do desemprego num patamar muito baixo e a recuperação dos salários reais, possibilitou um crescimento global de 3,2%, de acordo com as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicadas em outubro, próximo dos 3,3% de 2023. A ligeira moderação adveio do arrefecimento das economias emergentes, de 4,4% para 4,2%, por oposição à aceleração modesta das desenvolvidas, de 1,7% para 1,8%. A expansão da atividade beneficiou também do contributo do comércio internacional, mesmo em face de tensões geopolíticas persistentes, em parte porque as limitações transfronteiriças que impactaram as trocas entre regiões geograficamente distantes foram compensadas pelas relações entre economias próximas. No que concerne à evolução dos preços, a inflação no consumidor denotou um ritmo de moderação, embora mais gradual do que o verificado no ano anterior, devido ao contributo dos preços no setor dos serviços que se manteve elevado. A redução da inflação e a expectativa que atingisse os objetivos em vários países, permitiu aos principais bancos centrais dar início ao ciclo de redução das taxas diretoras, ainda que, no final do ano, a política monetária mantivesse um caráter restritivo na maioria das regiões.

### Indicadores Económicos

Valores em %

	PIB real		Inflação		Taxa de desemprego	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
<b>Global</b>	<b>3.3</b>	<b>3.2</b>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>EUA</b>	<b>2.9</b>	<b>2.8</b>	<b>4.1</b>	<b>3.0</b>	<b>3.6</b>	<b>4.1</b>
União Europeia <sup>(a)</sup>	0.4	0.9	6.4	2.6	6.1	6.1
<b>Área Euro</b>	<b>0.4</b>	<b>0.8</b>	<b>5.4</b>	<b>2.4</b>	<b>6.6</b>	<b>6.5</b>
Alemanha	-0.3	-0.1	6.0	2.4	3.1	3.3
França	0.9	1.1	5.7	2.4	7.3	7.4
Espanha	3.3	3.6	3.4	2.8	12.2	11.5
Itália	0.7	0.7	3.9	2.2	7.7	6.8
<b>Reino Unido</b>	<b>0.3</b>	<b>1.1</b>	<b>7.3</b>	<b>2.6</b>	<b>4.3</b>	<b>4.1</b>
<b>Japão</b>	<b>1.7</b>	<b>0.3</b>	<b>3.3</b>	<b>2.2</b>	<b>2.6</b>	<b>2.5</b>
<b>Rússia</b>	<b>3.6</b>	<b>3.6</b>	<b>5.9</b>	<b>7.9</b>	3.2	2.6
<b>China</b>	<b>5.2</b>	<b>4.8</b>	<b>0.2</b>	<b>0.4</b>	5.2	5.1
<b>Índia</b>	<b>8.2</b>	<b>7.0</b>	<b>5.4</b>	<b>4.4</b>	n.d.	n.d.
<b>Brasil</b>	<b>2.9</b>	<b>3.0</b>	<b>4.6</b>	<b>4.3</b>	8.0	7.2

Nota: (a) valores da União Europeia, Área Euro e respetivos Estados-Membros são retirados da Comissão Europeia; n.d. não disponível; os dados da inflação correspondem à taxa de variação média anual e os da taxa de desemprego à média anual.

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro 2024; Comissão Europeia, European Economic Forecast, novembro 2024.

O ritmo de expansão da economia norte-americana voltou a contribuir de forma decisiva para o crescimento global. Conforme a estimativa do FMI, a expansão de 2,8% em 2024, marginalmente inferior à do ano anterior, de 2,9%, foi suportada pelo desempenho das despesas das famílias, que beneficiaram do aumento dos salários reais, e pelo crescimento do investimento não-residencial. Apesar dos níveis de restritividade financeira terem permanecido elevados, os consumidores continuaram a recorrer, de forma



substancial, ao crédito para manterem os seus padrões de consumo. Para tal, contribuiu o sentimento relativamente otimista destes, suportado pelo mercado de trabalho que se demonstrou mais robusto que o antecipado. Em concreto, no ano foram gerados 2,2 milhões de postos de trabalho, cerca de menos um milhão do que em 2023, o que permitiu que em 2024 fosse alcançado um novo máximo histórico, superior a 159 milhões. O desemprego permaneceu num patamar reduzido, com a taxa a apresentar um valor médio de 3,6%, tendo evidenciando o primeiro aumento anual desde 2020. Quanto ao crescimento dos preços, a tendência de desinflação, que teve início a partir do final de 2022, prolongou-se durante grande parte do ano, à medida que diversas fontes de pressões, nomeadamente o mercado de trabalho sobreaquecido e os custos elevados com a habitação, continuaram a dissipar-se. Depois de a variação homóloga do índice de preços no consumidor ter encerrado 2023 nos 3,4%, registou em setembro o valor mais baixo em cerca de três anos, de 2,4%, fixando-se em novembro em 2,7%. Neste contexto, após ter incrementado a taxa de *fed funds* (FF) até um máximo de 22 anos, a Reserva Federal (Fed) encetou, a partir de setembro, um ciclo de flexibilização monetária, o que se traduziu em uma diminuição de 100 p.b., tendo o limite máximo desta taxa (*upper bound*) terminado o ano em 4,50%, o nível mais baixo desde o início de 2022. No entanto, ao invés de constituir uma resposta a um período de fraqueza económica, os catalisadores para este ajuste refletiram os progressos da inflação condizentes com a aproximação ao objetivo de evolução de médio prazo dos preços.

### Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

Taxas de variação em %, exceto onde indicado

	União Europeia		Área Euro	
	2023	2024	2023	2024
<b>PIB real</b>	<b>0.4</b>	<b>0.9</b>	<b>0.4</b>	<b>0.8</b>
Consumo privado	0.5	1.2	0.6	0.9
Consumo público	1.7	2.1	1.6	1.9
Formação Bruta de Capital Fixo	1.8	-1.6	1.6	-1.9
Exportações	0.1	1.4	-0.7	1.4
Importações	-1.2	0.2	-1.3	0.0
Inflação	6.4	2.6	5.4	2.4
Taxa de desemprego (em %)	6.1	6.1	6.6	6.5
Saldo orçamental (em % do PIB)	-3.5	-3.1	-3.6	-3.0

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, novembro 2024.

Apesar da melhoria, a economia da Área Euro reteve em 2024 um ritmo de expansão modesto. De acordo com o FMI, o crescimento económico acelerou de 0,4% em 2023 para 0,8%. Na primeira metade do ano o crescimento adveio somente do contributo das exportações líquidas, num contexto em que os principais clientes da região mantiveram crescimentos apreciáveis, enquanto a procura interna prolongou o período de contração iniciado ainda no início da segunda metade do ano anterior. Apesar de a taxa de desemprego ter atingido sucessivos mínimos ao longo do ano, cifrando-se a 6,3% em novembro, e o crescimento dos salários permanecer elevado, o aumento do custo de vida percecionado foi substancial, o que, aliado à crescente incerteza quanto a choques externos e o contexto de taxas de juro elevadas, incentivaram as famílias a desviar uma proporção crescente do seu rendimento para as poupanças. O investimento gerou, de forma transversal na maioria Estados-membros, um significativo contributo negativo em função dos consideráveis desafios de competitividade que diversos setores manufatureiros continuaram a vivenciar.



A partir do segundo semestre assistiu-se a uma melhoria não só do investimento como do consumo. Relativamente aos preços, a variação homóloga do índice harmonizado de preços ao consumidor apresentou uma tendência de queda ao longo do ano, mais pronunciada na primeira metade, tendo descido de 2,9%, em dezembro de 2023, para 2,4% no final de 2024, aproximando-se da meta de médio prazo de Banco Central Europeu (BCE), de 2,0%. Em semelhança da Reserva Federal dos EUA, visando tornar as condições financeiras mais favoráveis, o BCE iniciou a partir de junho um processo de ajuste do grau de restritividade da política monetária, o que se traduziu em uma redução de 100 p.b. da taxa de juro da facilidade de depósito até ao final do ano, para 3,00%, o mínimo desde 2023.

### Indicadores da Economia Portuguesa

Taxas de variação homólogas em %, exceto onde indicado

	2022	2023	2024
<b>PIB real</b>	<b>7.0</b>	<b>2.5</b>	<b>1.7</b>
Consumo privado	5.6	2.0	3.0
Consumo público	1.7	0.6	1.1
Formação Bruta de Capital Fixo	3.3	3.6	0.5
Exportações	17.2	3.5	3.9
Importações	11.3	1.7	5.2
Inflação	8.1	5.3	2.6
Taxa de desemprego (em %)	6.2	6.5	6.4
Saldo orçamental (em % do PIB)	-0.3	1.2	0.6
Dívida Pública (em % do PIB)	111.2	97.9	91.2

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2024.

No que diz respeito à economia portuguesa, e conforme o Boletim Económico de dezembro de 2024, o Banco de Portugal (BdP) estima que o crescimento económico tenha sido de 1,7%, depois de 2,5% em 2023. O abrandamento deveu-se ao contributo inferior do investimento, decorrente da componente pública. O crescimento do consumo das famílias acelerou para 3,0%, após 2,0% em 2023, beneficiando da robustez do mercado de trabalho e da recuperação dos salários reais. Em termos médios anuais, o BdP prevê que a taxa de desemprego se tenha situado em 6,4%, depois de 6,5% no ano anterior. A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental portuguesa favoreceu de igual modo para um novo ano de crescimento positivo. Quanto ao setor externo, as exportações cresceram de forma mais expressiva do que em outros países da Área Euro, seja porque em alguns deles o setor exportador enfrentou dificuldades de competitividade, seja porque as vendas de bens transacionáveis portugueses voltou a conquistar quotas de mercado. Adicionalmente, o impacto do turismo voltou a ser determinante, com um novo recorde de fluxo de visitantes do exterior. No caso da inflação, observou-se o aumento da variação anual do índice harmonizado europeu, de acordo com o Eurostat passou de 1,9% em dezembro de 2023 para 3,1% em dezembro de 2024, depois de ter alcançado 1,8% em agosto, o valor mais baixo desde o final de 2021. A reaceleração no fim do ano esteve associada a efeitos de base desfavoráveis dos custos com a energia.

O crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento permaneceu estável em 2024, com a projeção do FMI a apontar para um valor de 4,2%, no seguimento de 4,4% em 2023. O ritmo de expansão foi tendencialmente revisto em alta, refletindo, principalmente, as atualizações efetuadas para a China e, sobretudo, para a Índia. Apesar da moderação, o crescimento de 7,0% da economia indiana, depois de 8,2%, voltou a destacar-se, enquanto os 4,8% da China, após 5,2% em 2023, não permitiram alcançar o objetivo governamental de 5,0%. Neste contexto, os responsáveis pela política económica em Pequim



anunciaram um conjunto de incentivos ao crescimento, desde o reforço dos estímulos monetário, ao apoio direto ao setor imobiliário, às famílias e mesmo aos mercados financeiros. Um arrefecimento ligeiro terá sido igualmente registado na América Latina, devido particularmente ao México, uma vez que o PIB do Brasil acelerou, de 2,9% para 3,0%, bem como na Europa de Leste, onde a Rússia surpreendeu com a repetição do crescimento de 3,6%. A inflação arrefeceu na grande maioria dos países emergentes, permitindo aos bancos centrais estenderem o período de reduções das taxas diretoras, com exceção do Brasil e da Rússia.

Na geopolítica mundial, em 2024 um número sem precedentes de eleitores compareceu às urnas eleitorais. No “Ano da Democracia”, como foi denominado, o principal ato teve lugar nos EUA, onde o ex-Presidente Donald Trump foi eleito 47º presidente, com destaque, também, para o facto de o Partido Republicano ter assegurado o controlo das duas câmaras do Congresso. No Reino Unido, nas Eleições Gerais do dia 4 de julho, o Partido Trabalhista obteve uma maioria absoluta, enquanto em França a convocação de eleições legislativas antecipadas resultou numa fragmentação da Assembleia Nacional e posterior dificuldade na formação de um governo capaz de fazer aprovar o Orçamento do Estado para 2025. O sudeste asiático continuou a ser o palco das tensões comerciais. Em maio, o presidente Joe Biden decretou o aumento das tarifas sobre uma série de produtos chineses considerados estratégicos, enquanto em junho aumentaram tensões entre a UE e a China, no seguimento da Comissão Europeia ter decidido incrementar as tarifas sobre a importação de veículos elétricos chineses em todo o espaço europeu. Em relação aos conflitos militares, a guerra que opõe a Ucrânia e a Rússia prolongou-se pelo terceiro ano, tendo-se assistido à intensificação dos combates e a avanços e recuos constantes de ambos os lados. No Médio Oriente, assistiu-se a um agravamento do conflito, a par de um aumento das forças envolvidas. Para além do Hamas na Faixa de Gaza, a organização político-militar Hezbollah desencadeou uma série de ataques no norte de Israel, a partir do Líbano, enquanto o Irão lançou diversos mísseis contra alvos israelitas. O final do ano seria ainda marcado pelo derrube do governo do presidente sírio, Bashar al-Assad, por uma coligação de forças rebeldes.

## 2. MERCADOS FINANCEIROS

No ano de 2024, o início do processo de flexibilização da política monetária por parte dos principais bancos centrais, num contexto de redução da inflação, em simultâneo com a resiliência do crescimento económico global, impulsionaram a valorização transversal das diversas classes de ativos. O desempenho positivo foi mais saliente na classe de ações, sendo que as restantes categorias de investimentos também evidenciaram ganhos, embora não tão substanciais.

No **Mercado Monetário**, as taxas de referência de curto prazo dos EUA e da Área Euro evidenciaram uma descida significativa, acompanhando as decisões de redução das taxas de referência dos respetivos bancos centrais, tendo inclusivamente a maioria dos prazos alcançado mínimos de cerca de dois anos.

Em específico, a Sofr, o indexante para operações em dólares, registou um decréscimo de 102 pontos base (p.b.), para 4,30%, no prazo de 3 meses, de 89p.b., para 4,24%, no de 6 meses e de 58p.b., para 4,17%, a 12 meses. De forma similar, a taxa Euribor, o indexante para aplicações em euros, diminuiu, tendo variado -119p.b., para 2,71%, na maturidade de 3 meses, -129p.b., para 2,56%, na de 6 meses e de -105p.b., para 2,46%, a 12 meses.

No que se refere ao mercado de **Obrigações de Dívida Pública**, a performance dos índices de referência para os EUA e a Área Euro foi penalizada, durante os primeiros meses do ano, pelo enquadramento caracterizado pela persistência de pressões inflacionistas, apesar do grau restritivo da política monetária adotado pelos principais bancos centrais, com as yields a subirem para um patamar próximo dos níveis mais elevados dos últimos 20 anos. No entanto, no decurso de 2024, as evidências de gradual moderação do crescimento dos preços, possibilitou o, subsequente, movimento de apreciação destes títulos. Desta forma, apesar de no último trimestre do ano findo se ter assistido a um segundo período de queda, principalmente das obrigações com maturidades mais longas, em 2024 registaram-se valorizações ligeiras destes mercados, de 0,6% nos EUA e de 1,9% na Área Euro.



Em particular, a valorização mercado obrigacionista dos EUA foi, sobretudo a partir de meados do ano, marcada pelos receios que uma iminente deterioração do emprego pudesse conduzir a uma recessão económica no curto prazo. Neste âmbito, perante os sinais de que a evolução mensal dos preços refletia o início de um processo desinflationista e o carácter restritivo da política monetária, a *Fed* decretou as primeiras reduções das taxas diretoras em mais de quatro anos, num total de 100 p.b.. Contudo, as preocupações com o mercado de trabalho vieram a revelar-se demasiado exageradas e, posteriormente, as políticas fiscais expansionistas defendidas pelo novo presidente eleito dos EUA, Donald Trump, tais como a diminuição de impostos e a desregulamentação, condicionaram a rendibilidade dos títulos de dívida pública norte-americana nos últimos meses. Neste enquadramento, em 2024, o desempenho destas obrigações, em média, resultou primordialmente da componente de rendimento, ou seja do recebimento dos cupões, com a yield das obrigações do tesouro dos EUA com maturidade mais curtas a manter-se relativamente estável e da mais longas a subir, como foi o caso das de 10 anos, que variou 73 p.b.. Na Área Euro, a tendência de aumento das yields nos prazos mais longos foi semelhante, contudo de menor dimensão, tendo as de prazos mais curtos evidenciado, inclusivamente, uma diminuição das taxas implícitas. Nesta envolvente, a yield germânica a 2 anos registou uma variação negativa de 32 p.b., e a de 10 anos, positiva de 34 p.b.. Para tal contribuiu, em grande medida, a postura do BCE ao revelar uma maior flexibilidade na condução da sua política monetária face à *Fed*, devido quer ao cenário mais benigno da inflação, quer à menor solidez do crescimento económico na região europeia. Ainda assim, esta autoridade reduziu a taxa da facilidade de depósito nos mesmos 100 p.b., pese embora tenha encetado o ajuste do grau de restritividade mais cedo e transmitido uma retórica mais focada nos riscos para o crescimento económico da região. Adicionalmente, o mercado de dívida pública da Área Euro foi beneficiado pela redução dos prémios de risco de emissões de Estados-membros, ou seja, os diferenciais entre as yields de governos europeus face às da Alemanha, com o alargamento do de França a ser uma exceção. De facto, o custo de financiamento da dívida pública francesa, a 10 anos, suplantou o de Portugal e o de Espanha pela primeira vez desde a crise financeira de 2008. O impasse desde o resultado das eleições legislativas alimentou, deste então, a apreensão acerca da saúde financeira em função do défice orçamental e do respetivo aumento da dívida pública. Em contraposição, os países do sul da Europa beneficiaram de um crescimento económico superior ao da França e da própria Alemanha, e da diminuição dos défices orçamentais e dos rácios de dívida.

Os mercados de **Obrigações de Dívida Privada - Crédito** denotaram rendibilidades positivas, em maior magnitude nos segmentos de grau especulativo, dando continuidade ao bom desempenho observado no ano anterior. A flexibilização da política monetária dos principais bancos centrais, e o conseqüente impacto na descida das taxas de juro, principalmente nos prazos de menor maturidade e nos títulos expressos em euros, em simultâneo com o movimento de estreitamento dos prémios de risco creditício das empresas, foram determinantes para este desempenho. Neste enquadramento, os prémios das emissões de dívida privada em euros alcançaram, em média, o mínimo desde o início de 2022 e os de obrigações em dólares, após uma tendência muito favorável atingiram um valor próximo dos níveis mais reduzidos do presente século. Em termos setoriais, a redução dos prémios foi mais vincada, em ambas as moedas, nas emissões de financeiras, reflexo de resultados favoráveis, de rácios de capital sólidos e da perspetiva de melhoria da rendibilidade das instituições em função do aumento da inclinação das curvas de rendimentos obrigacionistas. Em adição, destaque ainda para os setores de energia e de *utilities* que vivenciaram um crescimento da procura, em particular de eletricidade, devido ao processo de transição energética e às necessidades geradas pelo desenvolvimento de tecnologia de inteligência artificial. Ao nível dos volumes totais de novas emissões corporativas na Europa e nos EUA, pese embora a diminuição da atividade na parte final do ano, em função das incertezas quanto ao resultado das eleições norte-americanas e à conseqüente condução da política económica, em 2024 registou-se um aumento das mesmas face ao ano anterior, o que culminou no valor de dívida emitida mais elevada em quatro anos. As principais agências de notação de risco creditício salientaram a relativa estabilidade da qualidade de crédito, apesar de alguma deterioração da capacidade do serviço da dívida, sustentada por lucros saudáveis e beneficiando da resiliência económica e da solidez do consumo. Ademais, a flexibilização da política monetária, sobretudo nos EUA e na Área Euro, constituiu outro fator de suporte e veio melhorar as condições de financiamento, contribuindo para a redução dos incumprimentos a partir da segunda metade do ano.



## Rendibilidades dos Mercados de Obrigações

	2023	2024
<b>Obrigações do Tesouro</b>		
EUA	4.1%	0.6%
Área Euro	7.1%	1.9%
Alemanha	5.6%	0.6%
Itália	9.3%	5.3%
Portugal	8.4%	2.9%
<b>Obrigações de Dívida Privada - Crédito</b>		
<i>Investment Grade</i> em dólares	8.5%	2.1%
<i>Investment Grade</i> em euros	8.2%	4.7%
<i>High Yield</i> em dólares	13.4%	8.2%
<i>High Yield</i> em euros	12.1%	8.2%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

A classe de **Ações** registou valorizações nos mercados mais preponderantes, com alguns dos principais índices, tais como o dos EUA e o da Área Euro, a alcançarem inclusivamente novos máximos históricos. Para esta dinâmica demonstrou-se relevante o prolongar do ímpeto económico por mais tempo, em especial o norte-americano, em paralelo com a desaceleração da inflação que permitiu a um conjunto alargado de bancos centrais, o muito aguardado e antecipado, alívio do aperto monetário. O bloco dos mercados desenvolvidos denotou, à semelhança do ano anterior, ganhos mais significativos do que os dos emergentes, em virtude do contributo substancial dos EUA e também do impacto positivo da apreciação do dólar. Para esta envolvência revelou-se determinante as evidências de robustez da economia, perante os receios sobre um possível abrandamento da atividade económica norte-americana. Este contexto refletiu-se nos resultados empresariais, em média, acima do esperado. Em paralelo, este mercado foi impulsionado pelo entusiasmo e as expectativas relacionadas com o potencial da inteligência artificial. Ainda nos EUA, a vitória do candidato Republicano, Donald Trump, nas eleições presidenciais, e do mesmo partido, no Senado e na Câmara dos Representantes, gerou um maior otimismo acerca das perspetivas de crescimento económico e, conseqüentemente, para a evolução da classe acionista. Neste âmbito salienta-se a provável extensão, em 2025, da Lei de Reduções de Impostos e Emprego de 2017 (*TCJA - Tax Cuts and Jobs Act*), a maior redução de impostos em 30 anos. Além disso, na vertente corporativa é expectável a diminuição da taxa sobre as empresas, de 21% para 15%, o que a colocaria num dos níveis mais baixos entre os parceiros da OCDE, consubstanciando-se num significativo ganho de competitividade das empresas norte-americanas. Esta envolvência, a par da flexibilização da política monetária por parte do BCE, influíu positivamente no mercado europeu, o qual, contudo, foi condicionado pelo baixo crescimento económico da região, pela persistência do conflito militar na Ucrânia e pelas incertezas políticas em alguns Estados-membros. O índice de referência do Japão, que apresentou igualmente uma tendência positiva, foi suportado pela depreciação do iene, face às principais moedas globais, e pela postura cautelosa do Banco do Japão (BoJ), espelhada no ajuste bastante gradual da política monetária ultra-acomodatícia em vigor. Referência para a China, que colocou fim a uma série de três anos consecutivos de perdas, após o anúncio de um pacote massivo de estímulos à economia anunciado pelas autoridades locais, o que permitiu alguma recuperação da confiança para enfrentar as dificuldades causadas pela situação do setor imobiliário, tendo assim registado um dos desempenhos mais positivos entre os dos mercados emergentes.

**Rendibilidades dos Mercados de Ações**

	2023	2024
<b>Global</b> (em euros)	<b>18.1%</b>	<b>25.3%</b>
<b>Desenvolvidos</b> (em euros)	<b>19.6%</b>	<b>26.6%</b>
<b>Emergentes</b> (em euros)	<b>6.1%</b>	<b>14.7%</b>
EUA	26.3%	25.0%
Área Euro	18.8%	9.5%
Itália	34.4%	19.0%
França	19.3%	0.2%
Espanha	27.0%	19.0%
Portugal	16.0%	3.9%
Reino Unido	7.9%	9.7%
Japão	30.4%	20.9%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

No que concerne ao **Mercado Cambial**, o euro terminou o ano a depreciar face ao dólar e à libra esterlina, um comportamento influenciado pela divulgação de indicadores económicos menos favoráveis, e que confirmaram o crescimento anémico da economia na região, bem como pela postura mais flexível por parte do BCE relativamente à sua política monetária, comparativamente à *Fed* e ao Banco Central de Inglaterra. Apesar dessa envolvimento, o euro denotou ganhos em relação às restantes moedas globais, nomeadamente contra o iene, o franco suíço e o dólar canadiano. Já a moeda norte-americana demonstrou um perfil de apreciação, com o índice do dólar, um cabaz que compara a referida moeda contra as de cinco países desenvolvidos, a finalizar o ano com uma apreciação superior a 7%, alcançando o patamar mais elevado em duas décadas. Esta dinâmica resultou da subida mais acentuada das yields norte-americanas, que espelharam um desanuviamento das preocupações com o mercado de trabalho e, por conseguinte, dos receios de um abrandamento da atividade económica mais significativo. Além do mais, a vitória de Donald Trump na eleição presidencial impulsionou os ganhos da moeda dos EUA, uma vez que este advogou, durante a campanha eleitoral, medidas como a redução de impostos que deverão contribuir para aumentar o crescimento económico, embora também a inflação. Neste contexto, a continuação do ímpeto económico por mais tempo poderá dificultar a desinflação no país e, desse modo, condicionar a margem de manobra da *Fed* para prosseguir com a diminuição do grau de restritividade da política monetária, principalmente em termos relativos face a outros bancos centrais. De notar que a libra evidenciou um perfil similar ao do dólar norte-americano, registando um perfil de apreciação em relação à maioria das restantes moedas globais. Por último, o iene patenteou intermedicamente um aumento expressivo de volatilidade que, aliás, originou a intervenção pontual das autoridades locais neste mercado com o propósito de conter a rápida e significativa desvalorização da divisa nipónica. A moeda japonesa fechou o ano em queda, apesar do Banco do Japão ter decretado duas subidas das taxas diretoras, reduzindo, desse modo, o carácter historicamente ultra-acomodatório da sua política monetária.

**Mercado Cambial** (variações face ao euro)

	2023	2024
Dólar americano	-3.0%	6.6%
léne	-9.8%	-4.4%
Libra	2.1%	4.8%
Franco suiço	6.6%	-1.2%
Dólar canadiano	-0.8%	-1.8%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Por fim, a classe de **Matérias-primas** evidenciou ganhos ao beneficiar do desempenho positivo dos diversos segmentos, excetuando o de agricultura. Os principais impulsionadores da classe foram os metais preciosos, que permaneceram em destaque durante grande parte do ano, em especial o ouro, que atingiu sucessivos máximos históricos, em grande parte devido ao seu estatuto de ativo de refúgio perante a prevalência de tensões geopolíticas no Médio Oriente e na Ucrânia. Esta envolvente, aliás, impulsionou também o preço da prata, que atingiu máximos de 2021, suportado ainda pelo aumento da procura para fins industriais. Na energia, a cotação do petróleo apresentou uma subida ligeira, condicionada não só pelo abrandamento da procura mundial, mas também devido à expectativa de gradual redução dos cortes de produção decretados pela OPEP+ ainda no ano de 2022. No que diz respeito aos metais industriais, o efeito da resiliência da atividade económica global sobrepôs-se ao abrandamento do crescimento económico da China, e em específico aos desafios do setor imobiliário no país, um importante cliente de várias tipologias de metal, possibilitando a apreciação do segmento. Por último, no que refere aos bens agrícolas, a maioria dos constituintes apresentou perdas, com o aumento acentuado da cotação do café a ser uma exceção, em função do clima adverso para a produção no Brasil.

**Rendibilidades dos Mercados de Matérias-primas** (em dólares)

	2023	2024
<b>Global</b>	<b>-7.9%</b>	<b>5.4%</b>
Energia	-21.6%	1.2%
Metais industriais	-9.1%	3.5%
Metais preciosos	9.6%	25.3%
Agricultura	-4.4%	-3.9%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos



### 3. MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS

A estabilização do mercado imobiliário prolongou-se ao longo do ano de 2024. A flexibilização da política monetária por parte do BCE em meados de 2024 e a estimativa de novos cortes até ao final de 2025, já se encontram a impactar positivamente as condições de financiamento e de refinanciamento, bem como a redução de *spreads* de crédito. Após um ano de transição, os investidores imobiliários começam a retornar ao mercado, sinalizando um aumento da confiança. O impacto imediato das alterações de política monetária, com as perspetivas de longo prazo positivas, irão suportar o valor dos ativos, diminuindo os rácios de LTV e aumentando a atividade no que diz respeito aos volumes de investimento. O ano de 2025 marca os cinco anos desde o início da pandemia de Covid-19, um período de grandes perturbações e mudanças no mercado. Este cenário de mudança continuará a definir os mercados, mas, pela primeira vez em cinco anos, verifica-se uma estabilidade superior e um maior consenso no que concerne às perspetivas económicas. Nesse sentido, os mercados poderão vir a situar-se numa base mais segura, impulsionando o investimento e a respetiva confiança dos investidores. Este facto, associado à flexibilização das condições financeiras e aos cortes nas taxas de juro previstas, continuarão a suportar uma recuperação do mercado imobiliário. Assim sendo, é expetável uma recuperação do mercado imobiliário global em 2025, em termos de volume de investimento, bem como do mercado nacional que continua a apresentar-se como um distinto destino para empresas multinacionais. O segundo semestre de 2024 apresentou uma atividade superior ao primeiro semestre, tendo os vários setores apresentado valorizações positivas, suportadas também pela escassez de oferta de qualidade. Também o aumento do número de transações de grande dimensão e a forte presença de investidores estrangeiros (maior quota de mercado dos últimos cinco anos), são fatores positivos a destacar no ano transato.

### 4. PERSPETIVAS PARA 2025

O ano de 2025 poderá ser marcado por mudanças capazes de transformar a dinâmica económica e financeira em diversas regiões do mundo. Embora o início do ano deva ser relativamente estável, sustentado por políticas monetárias menos restritivas, a segunda metade de 2025 apresenta incertezas significativas, com possíveis implicações para o crescimento, a inflação e os mercados financeiros. De entre estes fatores, destacam-se as mudanças no comércio internacional, os desafios fiscais em economias avançadas, como as da Área Euro, o contributo dos avanços tecnológicos recentes para a produtividade e as tensões geopolíticas. No Médio Oriente, a escalada dos conflitos pode causar o aumento dos preços do petróleo e do gás natural, afetando economias importadoras e exacerbando as pressões inflacionistas globais. Além disso, a competição tecnológica entre Estados Unidos e China, particularmente nos setores de inteligência artificial, de semicondutores e de energia limpa, aumenta o risco de fragmentação da economia mundial.

O crescimento económico nos EUA será influenciado por uma combinação de estímulos fiscais, políticas comerciais protecionistas e ajustes monetários. A agenda económica de Donald Trump, marcada pelos cortes de impostos e pela desregulamentação, deverá impulsionar o investimento privado e o consumo. A resiliência do consumidor norte-americano, sustentada por um mercado de trabalho ainda robusto e por ganhos reais ao nível do rendimento das famílias, deverá suportar o crescimento. No entanto, o risco de imposição de novas tarifas sobre importações, especialmente sobre a China e a Europa, têm potencial para causar o aumento dos custos para as famílias e as empresas, limitando, assim, o seu poder de compra. Adicionalmente, os possíveis constrangimentos à imigração podem gerar escassez de mão de obra, causando algumas pressões salariais e restringindo o crescimento a longo prazo. Neste contexto, a atividade norte-americana deverá abrandar, face aos valores que se espera vir a registar em 2024, permanecendo, contudo, num valor relativamente elevado.

Na Área Euro, o crescimento continuará a ser modesto, embora possa vir a evidenciar uma tendência de melhoria. Para tal contribuirá uma política monetária mais acomodatória, na medida em que o BCE deverá continuar a reduzir as taxas de juro. Esse alívio monetário, aliado a ganhos do rendimento real das famílias,



deve suportar o consumo doméstico. Contudo, as exportações, tradicionalmente um pilar do crescimento da região, poderão enfrentar desafios significativos devido aos efeitos das tarifas que os EUA venham a impor e à desaceleração do comércio internacional. Países mais dependentes do comércio, como a Alemanha, podem ver o seu desempenho condicionado, enquanto nações com a situação das finanças públicas mais frágil, como Itália ou França, poderão enfrentar dificuldades adicionais. Em paralelo, o investimento privado deverá permanecer pressionado por incertezas ao nível de políticas internas, como as eleições na Alemanha e as possíveis reformas fiscais em economias de maior dimensão. Apesar de alguns sinais de resiliência nos serviços, a fraqueza estrutural do setor industrial e os impactos das tensões comerciais sugerem que a Área Euro continuará vulnerável a choques externos e a um crescimento abaixo do potencial. As tensões geopolíticas deverão manter-se como uma fonte de incerteza. O conflito na Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente deverão ter implicações significativas, não só para os mercados de energia, mas também ao nível da confiança dos empresários e das famílias europeias.

O Japão continuará a beneficiar das reformas estruturais em curso, com ênfase na digitalização, na inovação tecnológica e dos mercados financeiros. O Banco do Japão (BoJ) deverá manter as taxas de juro baixas, o que propicia um ambiente favorável ao investimento. No entanto, a vulnerabilidade a choques externos, principalmente devido à dependência das exportações e ao envelhecimento da força de trabalho, limita a capacidade de crescimento, em comparação com outras grandes economias. Contudo, atendendo ao seu estatuto de parceiro estratégico dos EUA na Ásia, poderá vir a ser uma alternativa nas cadeias de produção globais, num momento de maiores tensões comerciais e diplomáticas sino-americanas.

A China deverá evidenciar novamente uma tendência de abrandamento. O país enfrenta desafios significativos, nomeadamente o impacto das tarifas comerciais, um setor imobiliário em crise, e uma desaceleração nas suas principais indústrias. O governo chinês permanece apostado em estímulos fiscais e monetários, com o objetivo de sustentar o consumo interno e promover a transição para uma economia de consumo, por contraposição à elevada dependência das exportações e da indústria. No entanto, os desafios são profundos, nomeadamente, a excessiva dependência do investimento estatal, que condiciona a eficiência económica, enquanto as tensões comerciais e tecnológicas com os EUA limitam o acesso do país a mercados e tecnologias estratégicas. Além disso, a crescente dívida empresarial e a fragilidade do setor imobiliário representam riscos adicionais para a estabilidade financeira do país.

No que respeita aos bancos centrais, após vários anos de políticas monetárias extremamente expansionistas, marcadas por taxas de juros historicamente baixas e estímulos massivos, que foram seguidas por políticas de cariz considerado bastante restritivo, os Bancos Centrais estão atualmente a encetar um processo de normalização. Em 2025, espera-se que a Reserva Federal dos EUA e o BCE continuem a reduzir as taxas diretas, para balancear o crescimento económico com o controlo da inflação.

Nos Estados Unidos, a vitória do Partido Republicano já influenciou as expectativas do mercado em relação às políticas da *Fed*. A retórica de Donald Trump quanto ao comércio e à imigração, bem como os seus planos de estímulo fiscal, podem fazer regressar as pressões inflacionistas, levando esta autoridade a adotar uma abordagem mais cautelosa no processo de normalização da política monetária. Na Europa, o BCE enfrenta desafios distintos. A inflação na Área Euro deverá convergir para próximo do objetivo de política monetária, refletindo tanto os impactos deflacionários das tarifas norte-americanas, como o alívio advindo de menores pressões ao nível dos custos energéticos. Neste contexto, o BCE deverá prosseguir a redução das taxas, podendo, inclusivamente, acelerar o ritmo de descida.

No que se refere aos principais mercados financeiros, apesar dos desafios, o panorama descrito de abrandamento suave do crescimento da atividade, a par da gradual diminuição da inflação, bem como do carácter restritivo da política monetária, tende a favorecer o sentimento dos investidores. No entanto, fatores como as políticas comerciais do novo presidente dos EUA e a incerteza sobre a evolução da inflação, entre outros, poderão espolpear uma menor apetência dos intervenientes no mercado por ativos de maior risco.

Ao nível dos mercados acionistas, é expectável que mantenham uma tendência de valorização, embora possa ser mais modesta que nos últimos dois anos. No mercado norte-americano, as políticas económicas



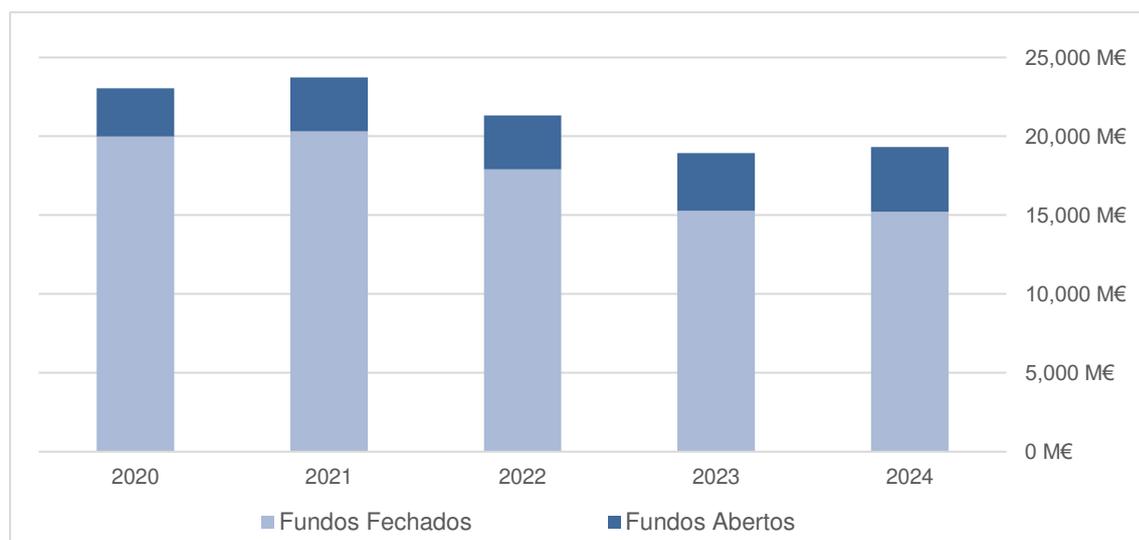
expansionistas de Donald Trump, a solidez das margens corporativas e o crescimento robusto podem suportar a sua evolução. Adicionalmente, poderá continuar a ser impulsionado pela maior exposição a empresas relacionadas com a inovação tecnológica, especialmente as que lideram a revolução da inteligência artificial. Contudo, transaciona com métricas de valorização relativamente elevadas, face às de outras geografias, sendo hoje um dos posicionamentos mais consensuais entre investidores, o que poderá condicionar o seu desempenho. A Europa enfrenta desafios significativos, com um crescimento económico mais fraco e incertezas sobre o cenário político. No entanto, as políticas monetárias do BCE e as valorizações atrativas poderão sustentar o mercado acionista, apesar dos riscos advindos das possíveis tensões comerciais com os EUA. O mercado japonês, por sua vez, beneficia das reformas estruturais e de uma posição bastante favorável na inovação tecnológica, nomeadamente na robótica e na automação, o que, somando à postura ainda relativamente acomodaticia do BoJ, torna as ações nipónicas atrativas. Nos mercados emergentes, os desafios geopolíticos, as incertezas sobre o comércio internacional e sobre o dinamismo da economia chinesa, reduzem o seu potencial face aos riscos.

No que respeita à classe de obrigações, espera-se que o contexto de normalização das políticas monetárias seja gerador de suporte. Nos EUA, a evolução das obrigações do Tesouro poderá ser limitada pelo défice fiscal elevado e pelos efeitos no crescimento e na inflação das medidas defendidas por Donald Trump, na medida em que possam, eventualmente, causar uma menor flexibilidade da *Fed* para normalizar a política monetária. Em comparação, as obrigações de governos da Área do Euro devem continuar a beneficiar da fragilidade e dos desafios enfrentados pela economia europeia, o que facilita a predisposição do BCE em prosseguir a redução das taxas diretoras.

O mercado cambial, em 2025, será influenciado pelas políticas fiscais e comerciais a implementar pela nova administração norte-americana, que deverão traduzir-se na manutenção, no curto-prazo, de um dólar forte. Em contraposição, o euro, por sua vez, enfrenta desafios significativos devido ao baixo crescimento económico europeu, à política tendencialmente mais acomodaticia do BCE face à da *Fed* e à incerteza sobre o enquadramento político em alguns dos países da Área Euro.

## 5. GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES EM PORTUGAL

No final de 2024, o valor sob gestão dos fundos de pensões nacionais ascendia a 19.330,9 milhões de euros (M€), o que traduz um acréscimo de 2,1% em relação ao ano anterior. Neste período, o montante de fundos de pensões abertos (incluindo PPR e PPA<sup>1</sup>) registou um aumento de 12,7% e o de fundos de pensões fechados, que representa 78,6% do mercado total, um decréscimo de 0,4%.





Em 2024, a atividade de gestão de fundos de pensões em Portugal era exercida por 8 sociedades gestoras e por 8 empresas de seguros.

Nesta data, a CGD Pensões detém uma quota de mercado de 4,5%.

1. PPR e PPA: Plano Poupança Reforma e Plano Poupança Ações.

Fonte: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Estatísticas anuais, Montantes Geridos dos Fundos de Pensões - Valores provisórios a dezembro de 2024

## 6. ATIVIDADE COMERCIAL

O valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões, em 31 de dezembro de 2024, ascendia a cerca de 874,9 milhões de euros, representando um acréscimo de 5,5%, face ao valor gerido no final do ano anterior.

No final de 2024, a Sociedade geria 11 Fundos de Fechados, 3 Fundos de Pensões Abertos e um Fundo PPR. Para além das adesões individuais celebradas nos Fundos de Pensões Abertos, encontravam-se ainda sob gestão um total de 57 adesões coletivas.

Valor dos fundos sob gestão

*milhões de euros*

	dez-22	dez-23	dez-24	Varição 2024/2023
Fundos Fechados	3,817	519	514	-1.1%
Fundos Abertos	287	269	321	19.3%
Fundo PPR	49	40	40	-1.7%
<b>Total</b>	<b>4,154</b>	<b>829</b>	<b>875</b>	<b>5.5%</b>

## 7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração tem como objetivo que a Sociedade mantenha o seu sistema de Controlo Interno, e o melhore para o tornar ainda mais adequado e eficaz na execução da sua atividade de administração e gestão de Fundos de Pensões.

O modelo das três linhas de defesa diferencia as responsabilidades de cada uma das áreas no controlo e gestão do risco a que a CGD Pensões se encontra exposta por via da sua atividade. Este distingue três grupos (linhas) envolvidos na gestão de risco: i) 1ª linha de defesa (gestão operacional); ii) 2ª linha de defesa (gestão de risco) e iii) 3ª linha de defesa (auditoria interna).

Um sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes Colaboradores da instituição, com o objetivo de garantir a sustentabilidade no médio e longo prazo e o exercício prudente da sua atividade, através:

- do cumprimento dos objetivos estabelecidos no planeamento estratégico, com base na realização eficiente das operações, na utilização eficiente dos recursos da instituição e na salvaguarda dos seus ativos;
- Da adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição está ou pode vir a estar exposta;
- A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objetivos de informação);



- d) Da adoção de procedimentos contabilísticos sólidos;
- c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivos de “*Compliance*”), incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações dos supervisores, de modo a proteger a reputação da instituição e a evitar que esta seja alvo de sanções.

Para atingir os seus objetivos, o Conselho de Administração tem implementado e mantido ao longo do tempo, um sistema de controlo interno com adequadas atividades de controlo, mecanismos de avaliação e monitorização do ambiente de controlo, que permitem assegurar um adequado sistema de controlo interno e contribuir para o efetivo desenvolvimento e consolidação de uma cultura de controlo interno, que permita uma gestão sã e prudente da instituição.

O Conselho de Administração elegeu o Código de Conduta da Sociedade como uma peça fundamental para a concretização da sua missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional aí vertidos, sempre em articulação com as estruturas da CGD, que garantem o cumprimento das melhores práticas de governação dentro de todo o Grupo CGD.

## 8. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Como parte integrante do Grupo CGD, a CGD Pensões cumpre os princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial, encontrando-se em vigor diversos normativos relativos a políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável, de promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, de valorização de recursos humanos e de responsabilidade económica e de salvaguardada da competitividade da empresa. É objetivo da CGD Pensões constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), entendidos como a ponderação na tomada de decisões de investimento, de considerações de ordem ambiental, social e de governo societário. A estratégia de ISR delineada pela CGD Pensões está em linha com o Programa Corporativo de Sustentabilidade definido pela CGD, o qual ambiciona acompanhar as tendências e as melhores práticas internacionais no domínio do desenvolvimento sustentável.

Alinhada com as melhores práticas de ESG (*Environmental, Social and Governance*) na indústria de gestão de ativos, e como parte central da sua estratégia, a CGD Pensões tem progressivamente aderido a iniciativas internacionais, sendo signatária desde 2019 dos Princípios para o Investimento Responsável (*PRI - Principles for Responsible Investment*) das Nações Unidas, iniciativa reconhecida globalmente como a mais relevante na indústria de gestão de ativos relativa à temática de sustentabilidade. Em junho de 2023, a Sociedade Gestora aderiu à *Net Zero Asset Managers Initiative*, iniciativa global que congrega os esforços e comprometimento das sociedades gestoras de ativos internacionais signatárias com a descarbonização dos portfólios sob gestão, contribuindo desta forma para o objetivo de um nível de emissões de gases de estufa líquido nulo até 2050, tendo publicado, em dezembro de 2023, os seus compromissos iniciais de redução de emissões associados às carteiras geridas. A estratégia foi robustecida em outubro de 2024, com a adesão à *Climate Action 100+*, iniciativa internacional de investidores que privilegia o envolvimento direto com os emitentes que, à escala global, se destacam negativamente pelo nível de emissão de gases de efeito de estufa associado às suas atividades.

A CGD Pensões acredita que faz parte do seu dever fiduciário disponibilizar soluções de investimento que incorporem os fatores ESG para melhor gerir o risco das mesmas, procurar potenciar a geração de rendibilidades sustentáveis no longo prazo, ao mesmo tempo que robustece o seu perfil ambiental, social e de melhores práticas de governo societário, e salvaguardar preocupações com o desenvolvimento sustentável que vão ao encontro do melhor interesse dos seus Clientes.



No âmbito da estratégia de Sustentabilidade definida, a Sociedade Gestora utiliza uma metodologia de *rating* interna denominada Rating de Sustentabilidade da CGD Pensões, que consolida diferentes abordagens/metodologias de análise em função da classe de ativos subjacente, garantindo desta forma uma cobertura transversal no que se refere à sustentabilidade das classes de ativos geridas pela Sociedade Gestora.

Neste contexto, em 2024 a CGD Pensões reforçou a sua ambição de consolidar a realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, continuando a centrar a sua atuação em três vetores principais: 1) Integração de fatores ESG nos processos de investimento, em paralelo com a utilização de fatores de análise financeira tradicionais; 2) envolvimento com as Empresas alvo de investimento através do exercício dos direitos de voto associados aos ativos sob gestão; e 3) Envolvimento com as Empresas que se enquadrem no universo potencial de investimento, fomentando um diálogo próximo em matérias de Investimento Socialmente Responsável (*Engagement*).

Em paralelo com a continuação do programa de formação das suas Equipas em torno da temática da sustentabilidade, em 2024, a CGD Pensões atualizou, por um lado, a sua Política de Investimento Socialmente Responsável, de Envolvimento e de Exercício de Direitos de Voto, e por outro a Declaração de Diligência Devida da Sociedade, dando visibilidade ao aumento do nível de ambição e exigência considerada na gestão das carteiras. Estes normativos enquadram a abordagem de investimento sustentável da CGD Pensões.

Tendo em conta o contexto descrito, a CGD Pensões, na prossecução da estratégia de integração de fatores ESG nos seus investimentos, gere com referência a dezembro de 2024, um montante de ativos sob gestão de fundos de investimento que promovem características sociais e/ou ambientais e que cumprem com os pressupostos da Política ISR da CGD Pensões, permitindo a classificação dos Fundos como Artigo 8º de acordo com o Regulamento SFDR<sup>1</sup>, que representam 52,3% do total dos ativos sob gestão dos seus fundos de pensões abertos.

## 9. PRINCIPAIS RISCOS

O processo de gestão de risco engloba quatro fases: Identificação, Avaliação, Monitorização e Mitigação, estando a sua implementação dependente da categoria e natureza dos riscos.

Na identificação dos riscos materiais a que a Sociedade se encontra exposta, a CGD Pensões considera o risco de *compliance*, o risco operacional, os riscos cibernéticos e de tecnologia de informação, o risco de estratégia e negócio, o risco de reputacional, o risco de governo interno, o risco climático e ambiental e o risco de dados como os mais importantes, sendo aqueles que poderão afetar significativamente a situação financeira da CGD Pensões.

- **Risco de *Compliance***: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes de violações ou não conformidade com leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que possam resultar em penalizações legais, restrição de oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou incapacidade de aplicar obrigações contratuais

- **Risco Operacional**: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante de falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, fraude interna e externa, uso de recursos

---

<sup>1</sup> Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, designado por *Sustainable Finance Disclosure Regulation* (SFDR)



subcontratados, processos internos ineficazes de tomada de decisão, recursos humanos insuficientes ou inadequados ou inoperabilidade da infraestrutura.

- Riscos Cibernéticos e de Tecnologia de Informação: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de tecnologia desajustada/defeituosa ou da contratação de serviços TIC considerados críticos para a Instituição que possa comprometer a disponibilidade, continuidade, integridade, acessibilidade e segurança de infraestruturas.

- Risco de Estratégia e Negócio: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante de decisões estratégicas inadequadas, falha no cumprimento dos objetivos de negócio, má implementação de decisões ou incapacidade de responder a mudanças no ambiente ou no ecossistema bancário.

- Risco Reputacional: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultante da perceção adversa da imagem da instituição financeira por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores ou pela opinião pública em geral devido a ações da própria instituição ou dos seus colaboradores.

- Risco de Governo Interno: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da estrutura governativa e organizacional e correspondentes linhas de responsabilidade, dos processos de identificação, gestão, monitorização e reporte de todos os riscos e da estrutura de governo interno da Instituição.

- Risco Climático e Ambiental: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de alterações climáticas e degradação ambiental que afetem sistemas (naturais e humanos) e regiões. Estes fenómenos climáticos e ambientais são também considerados fontes de alterações estruturais que afetam a atividade económica.

- Risco de Dados: Risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de incorreta ou incompleta recolha, qualidade e agregação de dados, que afetem a sua qualidade, assim como o *reporting* dos mesmos.

## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., no valor de 892.349,74 euros (oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos), seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a reserva legal já se encontra integralmente constituída.



### Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade manifestada em todos os contatos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas da Sociedade - e aos membros da Mesa da Assembleia-geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, com quem tem sido possível construir uma verdadeira parceria de confiança na relação com os Clientes;
- A todos os Clientes dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos Colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram decisivos para os resultados alcançados.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ana Cristina do Vale Brízido**  
Num. de Identificação: 10758603  
Data: 2025.03.05 16:22:52+00'00'

Assinado por: **José Pedro Gomes Rodrigues**  
Num. de Identificação: 08684675  
Data: 2025.03.05 10:19:31+00'00'

Assinado por: **Paulo Jorge dos Santos Ribeiro**  
Num. de Identificação: 11028629  
Data: 2025.03.03 17:19:58+00'00'





## 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	-	-
Ativos intangíveis	6	103,738	70,229
Participações financeiras - Outros métodos	7	377	386
Total do ativo não corrente		104,115	70,615
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	20,774	13,272
Outras contas a receber	10	1,083,818	1,078,844
Caixa e depósitos bancários	4	8,435,493	10,172,950
Total do ativo corrente		9,540,085	11,265,066
<b>Total do ativo</b>		<b>9,644,200</b>	<b>11,335,681</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	11	3,000,000	3,000,000
Reservas legais	11	600,000	600,000
Outras reservas	11	4,050,298	4,050,298
Resultado líquido do exercício	11	892,349	1,354,649
<b>Total do capital próprio</b>		<b>8,542,647</b>	<b>9,004,947</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	22	91,786	107,002
Total do passivo não corrente		91,786	107,002
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	12	238,609	978,910
Estado e outros entes públicos	8	198,312	1,023,326
Outras contas a pagar	13	572,846	221,496
Total do passivo corrente		1,009,767	2,223,732
<b>Total do passivo</b>		<b>1,101,553</b>	<b>2,330,734</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>9,644,200</b>	<b>11,335,681</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Serviços prestados	14	3,260,978	3,894,107
Fornecimentos e serviços externos	15	(2,097,946)	(2,025,605)
Gastos com o pessoal	16	(397,631)	(408,472)
(Aumentos) / reversões de provisões	21	15,215	29,586
Aumentos /(reduções) de justo valor	7	(9)	101
Outros rendimentos e ganhos	18	175,577	169,515
Outros gastos e perdas	19	(46,289)	(26,169)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>909,895</b>	<b>1,633,063</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(22,797)	(7,460)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>887,098</b>	<b>1,625,602</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	20	262,784	124,797
Juros e gastos similares suportados	20	-	(34)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1,149,882</b>	<b>1,750,366</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(257,533)	(395,717)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>892,349</b>	<b>1,354,649</b>
<b>Número médio de ações ordinárias emitidas</b>	23	<b>600,000</b>	<b>600,000</b>
<b>Resultado por ação</b>	23	<b>1.49</b>	<b>2.26</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	3,000,000	600,000	4,050,298	-	2,485,580	10,135,878
Aplicação dos resultados do exercício anterior:						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(2,485,580)	(2,485,580)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	1,354,649	1,354,649
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	3,000,000	600,000	4,050,298	-	1,354,649	9,004,947
Aplicação dos resultados do exercício anterior:						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1,354,649)	(1,354,649)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	892,349	892,349
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	3,000,000	600,000	4,050,298	-	892,349	8,542,647

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	3,378,636	4,948,348
Pagamentos a fornecedores	(510,772)	(550,845)
Pagamentos de comissões	(1,926,249)	(1,052,780)
Pagamentos ao pessoal	(431,795)	(403,716)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<u>509,820</u>	<u>2,941,007</u>
Pagamento de imposto sobre o rendimento	(1,083,603)	(838,220)
Outros (pagamentos) / recebimentos	(84,472)	(223,402)
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>	<u>(658,255)</u>	<u>1,879,386</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Juros e rendimentos similares	275,448	89,765
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>	<u>275,448</u>	<u>89,765</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Distribuição de dividendos	(1,354,649)	(2,485,580)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>	<u>(1,354,649)</u>	<u>(2,485,580)</u>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>(1,737,457)</b>	<b>(516,429)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício (Nota 4)</b>	10,172,950	10,689,379
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (Nota 4)</b>	8,435,493	10,172,950

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

### **1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD Pensões” ou “Sociedade”) foi constituída em 14 de maio de 1992. A Sociedade tem como principal atividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de dezembro de 2024 pela gestão de Fundos abertos e fechados detalhados na Nota 23.

Conforme indicado na Nota 12, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, SA. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 25.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2025. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015), e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas que constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e respetivas normas interpretativas em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

#### **3.2 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas**

Durante o exercício de 2024, a Sociedade não procedeu à alteração voluntária de políticas contabilísticas.



### 3.3. Ativos e passivos correntes e não correntes

Um ativo é classificado como “corrente” quando satisfaz um dos seguintes critérios:

Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido, no decurso normal do ciclo operacional da Sociedade;

- Seja detido essencialmente com a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
- Todos os outros ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como “corrente” quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Sociedade;
- Exista essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
- Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

### 3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida), deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Sociedade estima a vida útil dos ativos tangíveis em:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos do exercício na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação ou o abate.



### 3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a software e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Sociedade estima a vida útil do software em três anos.

### 3.6. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

### 3.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros:

#### (i) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros dizem integralmente respeito a unidades de participação em fundos de investimento e são mensurados ao justo valor, sendo as variações registadas na rubrica “Aumentos / (reduções) de justo valor”, da demonstração dos resultados.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

As mais e menos-valias realizadas resultantes do resgate de unidades de participação são determinadas face ao valor de balanço no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido subscritas durante o exercício, por aplicação do critério de custeio FIFO. Neste sentido, os “Aumentos/(reduções) de justo valor” correspondem à diferença entre o valor da unidade de participação à data de relato e o valor de balanço no final do ano anterior corrigido pelas subscrições ocorridas no ano, por aplicação do critério de custeio FIFO.

#### (ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados no ativo pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir esta é revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na mesma rubrica.

#### (i) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A caixa e equivalentes de caixa encontram-se registados no ativo pelo seu valor nominal.



(ii) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados no passivo pelo seu valor nominal.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se estabelece o direito da Sociedade a receber esse montante.

#### Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua atividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos.

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização. Esta comissão é registada na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” (Nota 16).

### 3.9 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.



Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera que venham a estar em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas no final de cada exercício económico.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados para as diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Nos termos do Norma Regulamentar nº 6/2013-R, sobre as contribuições dos Associados para os respetivos Fundos incide uma taxa da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual constitui encargo de cada Fundo. Não obstante, no que se refere aos Fundos Caixa Reforma Defensivo, Caixa Reforma Moderado, Império - Bonança, Galp Energia, Fidelidade, Mundial – Confiança, Caixa Reforma Rendimento, PIR Fidelidade e PPR Rendimento Mais, esta taxa é suportada pela Sociedade, sendo registada na rubrica de “Outros gastos e perdas – Taxa ASF” (Nota 20).

### 3.11 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



As provisões são revistas em cada data de relato financeiro sendo ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.12 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo os mesmos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

### 3.13 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.14 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação destas demonstrações financeiras foram os seguintes:

(i) Especialização de comissões a receber e a pagar

Os montantes relativos às especializações das comissões a receber e a pagar correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2024 sobre o montante a receber e a pagar em 2025.

(ii) Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos



responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

#### 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 têm o seguinte detalhe:

	2024	2023
Depósitos a prazo	7,200,000	6,500,000
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	1,235,493	3,672,950
	<u>8,435,493</u>	<u>10,172,950</u>

Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos a prazo encontram-se domiciliados na CGD e vencem juros à taxa anual de 2,80% e 3,10%. Os Depósitos a Prazo têm vencimento em janeiro e fevereiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis dizem respeito a depósitos à ordem junto da CGD.

#### 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2024								
	Saldos no início			Abates			Saldos no final		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Depreciações do exercício	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	6,337	(6,337)	-	-	-	-	6,337	(6,337)	-
	<u>6,337</u>	<u>(6,337)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6,337</u>	<u>(6,337)</u>	<u>-</u>

	2023								
	Saldos no início			Abates			Saldos no final		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Depreciações do exercício	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	33,111	(32,966)	145	(26,774)	26,725	(96)	6,337	(6,337)	-
	<u>33,111</u>	<u>(32,966)</u>	<u>145</u>	<u>(26,774)</u>	<u>26,725</u>	<u>(96)</u>	<u>6,337</u>	<u>(6,337)</u>	<u>-</u>

No ano 2023, como consequência da mudança de instalações, procedeu-se ao abate de quase a totalidade do mobiliário, tendo sido uma grande parte doado a uma instituição.



## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas reintegrações acumuladas, foi o seguinte:

	2024								
	Saldos no início			Aquisições	Abates	Depreciações do exercício	Saldos no final		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido				Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativos intangíveis									
Software	299,326	(262,501)	36,825	5,154	-	(16,446)	304,480	(278,947)	25,533
Outros ativos intangíveis - Software	-	-	-	40,242	-	(6,351)	40,242	(6,351)	33,891
	299,326	(262,501)	36,825	45,395	-	(22,797)	344,722	(285,298)	59,424
Ativos intangíveis - em curso									
Software	33,404	-	33,404	10,910	-	-	44,315	-	44,315
	332,731	(262,501)	70,229	56,306	-	(22,797)	389,036	(285,298)	103,738

No ano de 2024, foi adquirido software para novas funcionalidades para o *site* da CGD Pensões, e para uma nova funcionalidade no SGAF referente à alteração do tratamento fiscal dos rendimentos de capitais nos Açores.

	2023							
	Saldos no início			Aquisições	Depreciações do exercício	Saldos no final		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido			Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativos intangíveis								
Software	255,137	(255,137)	-	44,189	(7,364)	299,326	(262,501)	36,825
Ativos intangíveis - em curso								
Software	33,404	-	33,404	-	-	33,404	-	33,404
	288,542	(255,137)	33,404	44,189	(7,364)	332,731	(262,501)	70,229

No ano 2023, o aumento verificado na rubrica “*Software*”, resultou do investimento realizado no *Site* da CGD Pensões

## 7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Participações financeiras” diz respeito ao valor das contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho e respetiva valorização naquela data, de acordo com detalhe:

Títulos	2024				
	Valor inicial	Subscrições	Resgates	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
Participações financeiras - Outros métodos					
Fundo de Compensação do Trabalho	386	-	-	377	(9)
	386	-	-	377	(9)



Títulos	2023				
	Valor inicial	Subscrições	Resgates	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
Participações financeiras - Outros métodos					
Fundo de Compensação do Trabalho	1,183	210	(1,108)	386	101
	<u>1,183</u>	<u>210</u>	<u>(1,108)</u>	<u>386</u>	<u>101</u>

No seguimento das alterações do Código do Trabalho, implementadas pela Lei nº 13/2023 de 3 de abril, foram suspensas as obrigações relativas ao Fundo de Compensação do Trabalho, tendo deixado de ser efetuado subscrições a partir de maio de 2023.

## **8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e respetiva Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2024 e 2023 corresponde a 22,5%.

A Sociedade está ainda sujeita a Derrama Estadual, a uma taxa de 3%, aplicável ao lucro tributável compreendido entre os 1.500.000 euros e os 7.500.000 euros, de 5%, aplicável ao lucro tributável compreendido entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e de 9%, aplicável ao lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Adicionalmente, nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades, enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante, Caixa Geral de Depósitos, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuadas pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Para este efeito, o sujeito passivo deve adotar o método ou métodos suscetíveis de assegurar o mais elevado grau de comparabilidade entre as operações que efetua e outras substancialmente idênticas, em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais, nos termos previstos no referido preceito legal, devendo ainda manter organizada a documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência.

O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica da demonstração dos resultados de “Impostos sobre o Rendimento do Exercício” tem a seguinte composição:

	2024	2023
Imposto sobre o rendimento do exercício		
Impostos correntes	257,533	395,717
Impostos diferidos	-	-
	<u>257,533</u>	<u>395,717</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, verificadas nos exercícios de 2024 e 2023 pode ser demonstrada como se segue:

	2024		2023	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>1,149,882</u>		<u>1,750,365</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	22.50%	258,723	22.50%	393,832
Custos não aceites	0.00%	11	0.01%	119
Provisões não aceites e reversões	-0.30%	(3,423)	-0.38%	(6,657)
Multas, coimas e juros compensatórios	0.00%	-	0.00%	-
Derrama estadual	0.00%	-	0.39%	6,799
Tributação autónoma	0.19%	2,222	0.02%	426
Impostos diferidos	0.00%	-	0.00%	-
Outros	0.00%	-	0.07%	1,198
Imposto sobre o rendimento	22.40%	<u>257,533</u>	22.61%	<u>395,717</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Estado e outros entes públicos” do passivo apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Estado e Outros Entes Públicos		
IRC a pagar	185,394	1,011,463
Contribuições para a segurança social	6,644	6,178
Retenção de impostos sobre rendimentos	6,914	5,335
Imposto do selo sobre comissões	567	351
IVA a recuperar	(1,206)	-
	<u>198,312</u>	<u>1,023,326</u>

Conforme anteriormente referido, a Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades, sendo os pagamentos por conta realizados pela entidade dominante (Caixa Geral de Depósitos, S.A.).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das



circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2021 a 2024 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais relativamente aos exercícios acima indicados não terão um efeito significativo para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

## 9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Clientes - Conta corrente		
Caixa Geral de Depósitos	8,449	8,549
Caixa Gestão de Ativos	4,797	4,225
Fundos de Pensões Fechados	5,749	486
Outros	1,780	12
	<u>20,774</u>	<u>13,272</u>

Todos os valores em dívida à data de 31 de dezembro 2023 e 2024, foram regularizados em janeiro de 2024 e em janeiro de 2025, respetivamente.

## 10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Comissões a receber	1,034,769	1,010,826
Juros de depósitos bancários a receber	22,368	35,031
Research	14,838	16,891
Consultoria	9,300	9,300
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	2,534	-
Outros devedores diversos	9	-
	<u>1,083,818</u>	<u>1,072,049</u>
Outros devedores		
Adiantamentos a colaboradores	-	6,750
Outros	-	45
	<u>-</u>	<u>6,795</u>
	<u>1,083,818</u>	<u>1,078,844</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Comissões a receber” refere-se sobretudo a comissões decorrentes da gestão dos fundos de pensões durante o último trimestre do ano.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Juros de depósitos bancários” regista os valores a receber de juros de depósitos à ordem referente a dezembro e juros de depósitos a prazo, que vencem em 2025 e 2024, respetivamente.



## 11. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente detidas pela Caixa Geral de Depósitos, SA.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de reservas legais, outras reservas e resultado líquido do exercício apresentam a seguinte composição:

	2024	2023
Reservas legais	600,000	600,000
Reservas livres	4,050,298	4,050,298
Resultado líquido do exercício	892,349	1,354,649
	<u>5,542,647</u>	<u>6,004,947</u>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Por Deliberação Unânime por Escrito do acionista único datada de 28 de março de 2024, foi aprovada a aplicação do Resultado do Exercício de 2023 no valor de 1.354.649 euros em dividendos.

## 12. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Fornecedores - Conta corrente		
CGD	222,668	949,172
Caixa Gestão de Ativos	12,953	12,517
Baker Tilly PG & Associados	-	10,411
Outros	2,987	6,810
	<u>238,609</u>	<u>978,910</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo com a CGD inclui as comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação de Fundos Abertos relativas ao período de abril a dezembro, já faturadas e ainda não pagas, no montante de 935.170 euros.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo com a CGD inclui as comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação de Fundos Abertos relativas a outubro e novembro do ano no valor de 215.340 €.



### 13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Credores por acréscimos de gastos		
Comissões a pagar CGD	113,947	-
Comissões a pagar	93,609	45,215
Serviços Informáticos	76,636	-
Remunerações a liquidar	69,250	65,897
Taxas a pagar à ASF	27,139	6,089
Campanha Publicitária	25,000	-
Encargos com auditoria	21,574	22,908
Research - Caixa Gestão de Ativos	18,254	32,868
Serviços Área Fiscal	8,387	9,194
Encargos com estudos atuariais	7,330	7,945
Serviços Especializados	4,856	5,566
I2S	4,096	15,572
Seguros	3,829	5,947
Comissão SPAC	2,297	1,939
Outros	1,116	2,356
	<u>477,320</u>	<u>221,496</u>
Outros credores	95,526	-
	<u>572,846</u>	<u>221,496</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Comissões a pagar” refere-se às comissões de assessoria financeira do trimestre anterior a liquidar à Caixa Gestão de Ativos nos termos do contrato celebrado, pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *back office*, controlo de risco e avaliação de *performance*.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Comissões a pagar CGD” diz respeito à comissão a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação de Fundos Abertos relativa ao mês de dezembro 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Serviços Informáticos diz respeito à especialização dos custos de informatica referente à Faturação anual dos serviços IT, ao abrigo do contrato existente.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor das taxas a pagar à ASF reflete um grande aumento face a 2023, decorrente do aumento das subscrições do Caixa Reforma Rendimento durante o ano.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Outros credores” diz respeito aos movimentos em aberto relacionados com os valores recebidos de outras sociedades gestoras, e que aguardam a transferência para os fundos de pensões.

### 14. SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade por serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresenta a seguinte composição:



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões		
FP Fechados	1,019,522	1,560,648
FP Caixa Reforma Defensivo	1,108,398	1,164,183
FP Caixa Reforma Rendimento	441,143	421,023
FP Caixa Reforma Moderado	418,069	382,367
FP PPR Rendimento Mais	197,963	224,020
	<u>3,185,095</u>	<u>3,752,242</u>
Comissões de resgate	10,172	20,535
Comissões processamento pensões	2,520	7,380
Comissões de subscrição	1,447	1,196
Prestação de serviços		
Consultoria	37,200	74,400
Research	14,838	28,990
Outros	9,707	9,365
	<u>3,260,978</u>	<u>3,894,107</u>

Em 31 de dezembro de 2024, observa-se uma diminuição nas comissões dos FP Fechados, pelo facto do Fundo de Pensões do Pessoal da CGD apenas ter saído a 28 de fevereiro de 2023.

#### 15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:



	2024	2023
Fornecimentos e serviços externos		
Comissões		
Comissões de comercialização	1,233,529	1,258,944
Comissões de assessoria financeira	146,986	169,993
Outras comissões	18,999	10,879
Trabalhos especializados		
Estudos Atuariais		
Fidelidade	86,637	96,183
Towers Watson	-	(1,077)
Cedências	252,838	168,009
Consultores e auditores externos		
Consultores	154,841	103,070
Auditoria	21,450	68,799
Informática	52,240	44,511
Research	18,254	31,528
Assistência Jurídica	19,343	20,155
Rendas e alugueres		
CGD	14,191	16,725
Outras entidades	16,831	4,168
Publicidade	33,477	-
Honorários	6,179	6,062
Outros	22,151	27,655
	<u>2,097,946</u>	<u>2,025,605</u>

A rubrica “Comissões de assessoria financeira” regista os custos incorridos com o contrato celebrado com a Caixa Gestão de Ativos, pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de back office, controlo de risco e avaliação de performance.

A rubrica “Estudos atuariais” regista os honorários da Fidelidade, pela prestação de serviços de avaliação atuarial dos fundos de pensões geridos pela Sociedade.

A rubrica “Research” refere-se ao serviço de research prestado pela Caixa Gestão de Ativos aos fundos de pensões geridos pela Sociedade.



## 16. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Gastos com pessoal		
Remunerações dos empregados		
Remunerações	293,752	297,678
Contribuições para Fundos de Pensões	4,729	4,927
Remunerações órgãos sociais		
Remunerações	16,800	16,800
Contribuições para Fundos de Pensões	-	-
Encargos sobre remunerações	63,132	63,968
Gastos de ação social	10,433	19,485
Outros	8,784	5,613
	397,631	408,472

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a CGD Pensões tem 6 colaboradores. Este número não inclui os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

## 17. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Sociedade, também designada por “Associado”, subscreveu Adesões Coletivas ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Defensivo, ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Moderado e ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Rendimento, que financiam um Plano de Pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, contributivo e independente da Segurança Social.

O Plano tem como objetivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata (viuvez e orfandade). Cumulativamente, e sobre os valores resultantes das contribuições dos participantes, os benefícios podem ser acedidos nas situações de pré-reforma, reforma antecipada, desemprego de longa duração, incapacidade permanente para o trabalho e doença grave.

De acordo com o estipulado no Plano de Pensões o acesso aos benefícios apenas será possível quando for atribuída ao trabalhador uma pensão ao abrigo do regime de previdência que lhe seja aplicável, e será realizado em função do tipo de contribuições efetuadas, podendo estas ser da empresa ou do participante. Assim, relativamente às contribuições efetuadas pela Sociedade: (i) o pagamento dos benefícios pode ser feito através da aquisição de um seguro renda imediata celebrado em nome e por conta do Beneficiário a adquirir junto de uma seguradora; (ii) sem prejuízo da opção enunciada anteriormente, as mesmas contribuições podem ser ainda remidas em capital até ao máximo de um terço do valor seu saldo valor de conta de participante (caso não seja possível assegurar o pagamento de uma pensão cuja prestação mensal seja superior à décima parte da retribuição mínima mensal garantida para a generalidade dos trabalhadores em vigor à data da remição então a remição é efetuada pela totalidade dos montantes existentes resultantes de contribuições da empresa).



Adicionalmente, e caso seja legal e fiscalmente possível, (iii) poderão solicitar a transferência do seu saldo de conta de participante resultante de entregas da empresa para um fundo de pensões aberto de adesão individual, sem encargos e desde que se mantenham as condições estabelecidas no Plano de Pensões inicial, ficando o pagamento do benefício assegurado até ao limite da capacidade financeira da conta individual do Beneficiário.

No que diz respeito ao pagamento dos benefícios resultante das contribuições do participante, esse pode ser efetuado sob a forma de pensão, capital ou qualquer combinação destas formas, bem como transferência para uma adesão individual, nos termos definidos em (iii) consoante a manifestação de vontade do beneficiário.

O Plano abrange os trabalhadores efetivos da Sociedade e os ex-trabalhadores efetivos que tenham completado, em data posterior à da constituição do plano, um mínimo de dez ou três anos consecutivos ao serviço da Sociedade, consante a cessação da relação laboral tenha ocorrido até 31 de julho de 2020, inclusive, ou após esta data, contados a partir da data da respetiva admissão.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma:  $2\% \times \text{Soma das remunerações mensais desse trimestre}$ .

O Associado poderá ainda, sempre que entender, efetuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade efetuou contribuições nos montantes de 4.729 euros e 4.927 euros, respetivamente. (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação dos seguintes fundos de pensões abertos:

	Nº de unidades de participação		Valor de mercado	
	2024	2023	2024	2023
Fundo Caixa Reforma Moderado	9,641	8,967	67,588	60,175
Fundo Caixa Reforma Defensivo	2,127	1,974	30,171	27,002
Fundo Caixa Reforma Rendimento	1	1	5	5
	<u>11,769</u>	<u>10,942</u>	<u>97,765</u>	<u>87,181</u>

## 18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Outros rendimentos e ganhos		
Cedências	175,577	169,514
Outros	0	1
	<u>175,577</u>	<u>169,515</u>



### 19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outros gastos e perdas		
Quotizações	10,416	15,073
Taxa ASF	35,744	9,056
Outros	129	2,039
	<u>46,289</u>	<u>26,169</u>

O saldo da rubrica “Taxa ASF” refere-se ao calculo da taxa 0,048% sobre as contribuições efetuadas em 2024 e 2023 para os Fundos de Pensões abertos e Fundos de Pensões das Seguradoras, geridos pela Sociedade (Nota 3.10).

Em 2024, existe um aumento significativo das taxa das ASF decorrente do aumento das subscrições do Caixa Reforma Rendimento.

### 20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS E SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	262,784	124,797
	<u>262,784</u>	<u>124,797</u>
Juros e rendimentos similares suportados		
Juros suportados		
Outros	-	(34)
	<u>-</u>	<u>(34)</u>
	<u>262,784</u>	<u>124,763</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a rubrica de “Juros obtidos” diz respeito à remuneração dos depósitos a prazo constituídos pela Sociedade e à remuneração de depósitos à ordem referente ao mês de dezembro.



## 21. PROVISÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de provisões para fazer face a eventuais contingências decorrentes da atividade, apresenta a seguinte composição:

	2024			Saldos em 31.12.2024
	Saldos em 31.12.2023	Dotações	Reversões	
Provisões				
Outras provisões	107,002	-	(15,215)	91,786
	<u>107,002</u>	<u>-</u>	<u>(15,215)</u>	<u>91,786</u>

Em 2024 e 2023, foi registada a reversão de parte da provisão constituída para contingências fiscais no montante de 15.215 euros e 29.586 euros, respectivamente.

## 22. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	2024	2023
Fundo de Pensões Petrogal	181,765,715	191,934,421
Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Rendimento	172,048,264	132,465,751
Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Defensivo	105,329,161	100,992,683
Fundo de Pensões Credibom	99,154,039	94,057,181
Fundo de Pensões Galp Energia	96,776,071	86,019,608
Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Moderado	44,047,050	36,007,010
Fundo de Pensões Aberto Caixa PPR Rendimento Mais	39,604,238	40,306,095
Fundo de Pensões Império Bonança	39,085,176	41,255,823
Fundo de Pensões Fidelidade	30,815,458	32,491,756
Fundo de Pensões PIR Fidelidade	27,514,062	26,663,681
Fundo de Pensões Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	23,619,077	24,414,872
Fundo de Pensões Mundial-Confiança	11,972,986	11,045,071
Fundo de Pensões Impresa Publishing e Associadas	2,796,683	2,987,886
Fundo de Pensões STET	198,386	210,690
Fundo de Pensões Companhia Portuguesa de Resseguros	142,966	154,407
Fundo de Pensões Instituto Nacional de Estatística *	-	8,257,100
	<u>874,869,331</u>	<u>829,264,037</u>

\* Fundo extinto em setembro de 2024

O Fundo SCML é gerido, em co-gestão, pela CGD Pensões – S.G.F.P, S.A., pela Futuro – S.G.F.P, S.A. e pela SGF – S.G.F.P, S.A., sendo a CGD Pensões a Sociedade Gestora líder.



Nos termos de um contrato de adesão coletiva ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Rendimento celebrado, o valor de reembolso ou de transferência (antes da tributação em sede de IRS) de cada unidade de participação que se encontre afeta a contas individuais de participantes e que resulte de contribuições do Associado nos termos previstos do plano, terá no mínimo, que ser igual ao respetivo valor de aquisição (garantia de capital). Se tal não resultar diretamente do valor da unidade de participação na data de reembolso ou da transferência, a Sociedade Gestora deverá complementar o produto do reembolso ou transferência com o montante necessário para assegurar a garantia de capital. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor das unidades de participação correspondentes a esta adesão coletiva ascendia a 693.887 euros e 601.988 euros, respetivamente, sendo superior ao respetivo valor de aquisição. Para além desta situação, a Sociedade Gestora não concedeu qualquer outra garantia de rentabilidade ou capital.

Em 2023, nos termos do Decreto-Lei n.º 14/2023 de 24 de fevereiro foi aprovada a extinção do Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos com efeito a 31 de dezembro de 2022 tendo terminado a sua gestão pela Sociedade em fevereiro de 2023.

No dia 27 de novembro de 2023, ocorreu a extinção do FP Ramos Pinto, por resolução unilateral, tendo o processo de liquidação do património sido concluído no dia 9 de janeiro de 2024.

O Decreto-Lei n.º 110/2023, de 27 de novembro, determinou a extinção do Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística, por transferência para a Caixa Geral de Aposentações I.P. (CGA), passando os complementos de pensão a constituir encargo da CGA, a partir de 1 de janeiro de 2024.

Como compensação pelas responsabilidades transferidas, a CGD Pensões procede à liquidação do património afeto ao Fundo que entrega à CGA nos termos definidos no supra referido decreto-lei

### 23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi determinado conforme segue:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	892,349	1,354,649
Número médio de ações ordinárias emitidas (Nota 12)	600,000	600,000
Resultado básico por ação	1.49	2.26

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.



## 24. PARTES RELACIONADAS

### *Identificação dos acionistas*

A empresa é integralmente detida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), com sede na Avenida João XXI, em Lisboa, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na CGD.

### *Órgãos de Gestão*

Em 2023 e 2024, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

- Ana Cristina Vale Brízido
- José Pedro Gomes Rodrigues
- Paulo Jorge Santos Ribeiro

No exercício de 2024 e 2023, os membros do Conselho de Administração não foram remunerados pela CGD Pensões.

### *Órgão de Fiscalização*

Em 2023 e 2024, os membros do Conselho Fiscal eram:

- Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalho
- Maria Manuel Cruzeiro Seabra da Costa
- Vitor Manuel Sequeira Simões
- Tânia Sofia Luís Mineiro (suplente)

Nos exercícios de 2023 e 2024, o total de remunerações pagas pela CGD Pensões aos membros do Conselho Fiscal ascendeu a 16.800 euros. (Nota 17).

### *Sociedade Revisora Oficial de Contas (SROC)*

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados, SROC para o exercício de 2024, relativamente à auditoria da Sociedade Gestora, ascenderam a:

Serviço	Remuneração Anual (€)
Certificação Legal das Contas à sociedade	10,762
Revisão dos elementos de índole financeira e estatística da Sociedade	1,956
Análise do Relatório EOSGR&CI	4,305
Prestação de informação à ASF sobre a PBCFT	4,305
Emissão, certificação e parecer previsto no artigo 22 <sup>o</sup> /5 da NR 7/2022-R da ASF de 7 de junho	6,125
Certificação Legal de Contas dos Fundos de Pensões	47,724
Revisão dos elementos de índole financeira e estatística dos Fundos de Pensões	13,284
Total:	88,461

Nota: os valores mencionados incluem IVA à taxa legal em vigor



### Saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas para além dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, todas as entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

		2023				
	Nota	CGD	Caixa Gestão Ativos	Caixa Capital	Caixa Banco Investimento	Total
<b>Ativo</b>						
Depósitos à ordem	4	1,235,493	-	-	-	1,235,493
Depósitos a prazo	4	7,200,000	-	-	-	7,200,000
Outros ativos		30,816	14,097	-	-	44,913
		<u>8,466,310</u>	<u>14,097</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8,480,406</u>
<b>Passivo</b>						
Outros passivos	13 e 14	(409,850)	(112,869)	-	-	(522,719)
		<u>(409,850)</u>	<u>(112,869)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(522,719)</u>
<b>Gastos e perdas</b>						
Comissões		(1,188,555)	(141,332)	-	-	(1,329,887)
Fornecimentos e serviços externos	16	(128,954)	(271,483)	-	-	(400,437)
<b>Rendimentos e ganhos</b>						
Juros e rendimentos similares	13	262,784	-	-	-	262,784
Comissões		-	47	60	7,917	8,024
Outros Serviços		100	37,455	-	-	37,555
Cedências	20	111,816	63,762	-	-	175,577
		<u>(942,809)</u>	<u>(311,552)</u>	<u>60</u>	<u>7,917</u>	<u>(1,246,384)</u>

		2023				
		CGD	Caixa Gestão Ativos	Caixa Capital	Caixa Banco Investimento	Total
<b>Ativo</b>						
Depósitos à ordem		3,672,950	-	-	-	3,672,950
Depósitos a prazo		6,500,000	-	-	-	6,500,000
Outros ativos		43,580	13,525	-	-	57,106
		<u>10,216,530</u>	<u>13,525</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10,230,056</u>
<b>Passivo</b>						
Outros passivos		(949,313)	(84,580)	-	-	(1,033,893)
		<u>(949,313)</u>	<u>(84,580)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1,033,893)</u>
<b>Gastos e perdas</b>						
Comissões		(1,213,005)	(163,455)	-	-	(1,376,460)
Fornecimentos e serviços externos		(56,696)	(223,201)	-	-	(279,897)
<b>Rendimentos e ganhos</b>						
Juros e rendimentos similares		124,797	-	-	-	124,797
Comissões		-	41	-	-	41
Outros Serviços		100	74,400	60	8,232	82,792
Cedências		114,400	55,115	-	-	169,514
		<u>(1,030,405)</u>	<u>(257,101)</u>	<u>60</u>	<u>8,232</u>	<u>(1,279,213)</u>



## 25. GESTÃO DE CAPITAL

De acordo com a legislação em vigor, a Sociedade deve dispor, em cada exercício, de uma margem de solvência e de um fundo de garantia que representem certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos, determinados com base no valor e características dos Fundos de Pensões por si geridos. Em 31 de dezembro de 2024, os fundos próprios da Sociedade permitiam cumprir os referidos requisitos.

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se conhecem, à data de elaboração deste relatório, eventos com impacto nesta apresentação de contas.



## 12. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

### 1. Objetivos de Gestão (artigo 38º RJSPE)

O Estado português, através da sua participada Caixa Geral de Depósitos, é detentor da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A.

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Implementação da estratégia de reposicionamento de mercado dos Fundos de Pensões com foco nas adesões individuais;
- Consolidação da incorporação de fatores ESG (sigla em inglês de *Environmental, Social and Corporate Governance*) na gestão de carteiras e no governo corporativo;
- Reforço da implementação tecnológica;
- Melhoria contínua de processos internos.

No cumprimento das Práticas de Bom Governo, a CGD Pensões elabora anualmente um plano de atividades e orçamento que corporiza os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais estabelecidos, o qual segue o processo de apresentação e aprovação em vigor no Grupo CGD.

Mensalmente é elaborado um relatório sobre o acompanhamento do orçamento, sendo avaliados os custos de funcionamento e, em caso de desvios face ao orçamento inicialmente estipulado, são solicitados esclarecimentos aos diferentes Órgãos de Estrutura (OE) e a indicação das medidas corretivas a implementar.

Anualmente, a atividade desenvolvida pela CGD Pensões, e o cumprimento dos objetivos são objeto de avaliação integrada no Relatório e Contas.

O acionista promove o acompanhamento mensal da informação prestada pela CGD Pensões, solicitando esclarecimentos sobre o desenvolvimento das diferentes rubricas, quer de produção quer de resultados.

### 2. Divulgação Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

### 3. Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício anterior, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

### 4. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais.

Ver ponto VII.D do relatório do Governo Societário 2024.

### 5. Aplicação do disposto no artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

No corrente mandato, não foram atribuídos cartões de crédito aos membros do Conselho de Administração, sendo reembolsadas eventuais despesas de representação incorridas pelos mesmos.



### Gastos com comunicações móveis

Membro do CA	Gastos com comunicações	
	Plafond Mensal Definido	Valor anual
ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	120	n.d.
JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	120	n.d.
PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO	120	n.d.

n.d. - não disponível

Despesas suportadas pela Caixa Gestão de Ativos

### Gastos anuais associados a viaturas

Membro do Orgão de Administração	Gastos associados a viaturas		
	Combustível	Portagens	Total
ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	84	128	212
JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	31	51	82
PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO	332	217	549

Despesas suportadas pela Caixa Gestão de Ativos

### Encargos com viaturas

Membro do Orgão de Administração	Encargos anuais com Viaturas						
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano de início / termo	Valor de renda mensal	Gasto anual com rendas
ANA CRISTINA VALE BRÍZIDO	S	S	n.d.	Renting	2024/2029	858	9,289
JOSÉ PEDRO GOMES RODRIGUES	S	S	n.d.	Renting	2024/2029	855	9,415
PAULO JORGE SANTOS RIBEIRO	S	S	n.d.	Renting	2024/2029	856	10,011

Despesas suportadas pela Caixa Gestão de Ativos

## **6. Despesas não documentadas ou confidenciais**

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

## **7. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens**

O documento pode ser consultado no sítio institucional da Caixa Geral de Depósitos em:

[https://www.cgd.pt/Institucional/Governo-Sociedade-CGD/Praticas-de-Bom-Governo/Documents/RCRHM\\_2024.pdf](https://www.cgd.pt/Institucional/Governo-Sociedade-CGD/Praticas-de-Bom-Governo/Documents/RCRHM_2024.pdf)

## **8. Relatório anual sobre prevenção da corrupção**

A Sociedade dispõe de uma Política corporativa de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que constitui um instrumento de sistematização das medidas de prevenção e combate às diversas formas que a corrupção pode assumir, vincando os princípios de atuação, consagrando os



deveres de conduta profissional preventivos e repressivos nesta matéria e instituindo medidas de prevenção e os respetivos responsáveis e princípios aplicáveis à monitorização, avaliação e atualização da própria Política.

## 9. Normas de Contratação Pública

A CGD Pensões pauta a sua conduta no mercado pela observância dos objetivos e dos princípios de legalidade e de ética empresarial fixada para o regime do setor empresarial do Estado estabelecido pelo Decreto – Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75- A/2014, de 30 de setembro, a saber, entre outros:

- Transparência;
- Responsabilidade social;
- Desenvolvimento sustentável;
- Equidade no tratamento de todos os seus Clientes e fornecedores;
- Promoção da igualdade e da não discriminação.

No âmbito da aquisição de bens e serviços, a CGD Pensões adota procedimentos que têm subjacentes princípios económicos e de racionalidade de gestão. A seleção dos fornecedores, sempre que possível, tem em consideração o seu relacionamento com a CGD e resulta da análise comparativa das diferentes propostas recolhidas junto de diversos fornecedores, sendo que os respetivos contratos são formalizados por via de troca de correspondência ou através de um contrato formal.

A realização de despesas, por seu turno, tem subjacente um processo de autorização que decorre do regime de competências por normativos internos.

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

## 10. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

O SNCP não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada através do Caixa Serviços Partilhados, ACE (CSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes dos procedimentos corporativos seguidos na aquisição de bens e serviços estão consignados em normativos específicos, que foram transpostos para a Sociedade, estando orientados para o cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas de *Procurement*.

## 11. Parque de Veículos

Salienta-se o esforço no processo de conversão da frota própria, passando de veículos a gasóleo para veículos híbridos ou elétricos.

Neste sentido, continuam a ser adotadas medidas de gestão centralizada e de otimização dos processos relacionados com a aquisição, afetação e utilização de viaturas de serviço.



## 12. Medidas de redução dos gastos operacionais, do número de efetivos e de cargos dirigentes

Com o Plano Estratégico 2021-2024 manteve-se uma estratégia em matéria de custos com pessoal focada na retenção e atração de talento através de mais formação e maior premiação, e em matéria de gastos gerais administrativos na habilitação da transformação para superar a pressão inflacionista

## 13. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos.

## 14. Quadro de informação publicada no site da Sociedade, [www.cgdpensoes.pt](http://www.cgdpensoes.pt), à data de 31 de dezembro de 2024

Informação a constar no site da Sociedade	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
Estatutos	S	agosto 2018
Caraterização da Empresa	S	maio 2024
Função de tutela e acionista	S	abril 2023
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais		
* Identificação dos Órgãos Sociais	S	maio 2024
* Estatuto Remuneratório Fixado	S	dezembro 2023
* Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	abril 2024
* Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	maio 2024
* Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Orgãos Sociais		abril 2024
Informação Financeira histórica e atual	S	março 2024
Princípios de Bom Governo		
* Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	abril 2024
* Transações relevantes com entidades relacionadas	S	junho 2024
* Outras transações	S	abril 2024
* Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:		
- Económico	S	abril 2024
- Social	S	abril 2024
- Ambiental	S	abril 2024
* Código de Ética e de Conduta	S	abril 2024
* Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	abril 2024



## APÊNDICE 1

As informações relativas às remunerações e outros gastos com os Órgãos Sociais encontram-se registadas no Relatório do Governo Societário 2024, no capítulo “VII. Remunerações”.

## APÊNDICE 2 – Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das obrigações legais 2024	Cumprimento			Justificação/referência ao ponto do relatório
	S	N	n.a.	
Objetivos de Gestão	X			Ponto 1.
Evolução do PMP a fornecedores	X			Ponto 2.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X	Ponto 2.
Recomendação do acionista na última aprovação de contas			X	Ponto 3.
Utilização cartões de crédito (n.º 1 do artigo 32º do EGP)	X			Ponto 5.
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Ponto 5.
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			X	Ponto 9.
Contratos submetidos a visto prévio do TdC			X	Ponto 10.
Auditorias do Tribunal de Contas			X	Ponto 13.
Parque Automóvel	X			Ponto 11.
Nº trabalhadores	X			Ponto 12.
Nº cargos dirigentes	X			Ponto 12.

*n.a. – não aplicável*



### **13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 9.644.200 euros e um total de capital próprio de 8.542.647 euros, incluindo um resultado líquido de 892.349 euros), a Demonstração do Resultado e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Shape the future  
with confidence

CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2024

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de abril de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

O Revisor Oficial de Contas Orientador:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC n.º 1661  
Registado na CMVM com o n.º 20161271

Sílvia Caldeira Martins Barreto - ROC n.º 1450  
Registado na CMVM com o n.º 20161060

## Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas

### Exercício de 2024

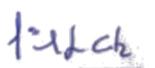
Em cumprimento do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 420º e do artigo 452º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, compete ao Conselho Fiscal emitir o relatório anual sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“CGD Pensões”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A fiscalização da CGD Pensões compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão, conforme se encontra previsto no n.º 1 do artigo 22.º dos Estatutos da CGD Pensões.

No âmbito das suas competências atribuídas pela Lei e Estatutos, e tendo em consideração o modelo de governação seguido pela CGD Pensões, o Conselho Fiscal, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da Administração, Gestão e dos resultados CGD Pensões, destacando-se relativamente ao exercício de 2024:

- a) O Conselho Fiscal participou em 3 reuniões do Conselho de Administração realizadas em 29 de fevereiro de 2024, 24 de abril de 2024 e 25 de julho de 2024;
- b) O Conselho Fiscal participou em 1 reunião com o Comissão de Auditoria da CGD realizada a 5 de fevereiro de 2024;
- c) A promoção e realização de reuniões com a equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pelos trabalhos de auditoria, e com os responsáveis da CGD Pensões, nomeadamente, a Administradora Executiva, Dra. Cristina Brízido, a Contabilista Certificada, a responsável pela Direção de Supervisão e Compliance e com a responsável pela auditoria interna da CGD;
- d) A análise do Relatório e Contas de 2024, da Certificação Legal de Contas de 2024 e do Relatório do Governo Societário de 2024, sobre o qual emitimos parecer em 7 de fevereiro de 2025;
- e) A consulta de diversa documentação, legislação e regulamentos aplicáveis à sociedade.

Durante o exercício de 2024, o Conselho Fiscal efetuou sete reuniões, tendo os seus membros efetivos estado presentes em todas elas. De todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. Dos trabalhos realizados destacam-se os seguintes:



- a) Emissão a 29 de janeiro de 2024 de Parecer sobre Conflito de Interesses da Presidente do CA da CGD Pensões nas funções de Coordenação da pós-graduação em análise financeira do ISEG;
- b) Emissão a 5 de fevereiro de 2024 de Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório Ddo Governo Societário da CGD Pensões – Sociedade Gestora De Fundos De Pensões, S.A. (“Cgdp”) 2023;
- c) Emissão, em 12 de fevereiro de 2024 do parecer do CF sobre o Plano de Atividades da FAI da CXGA;
- d) Emissão a 23 de fevereiro de 2024 do questionário *Inquiries of the Supervisory Board Fraud Risk*;
- e) Emissão a 06 de março de 2024 do parecer sobre o relatório e contas do exercício de 2023;
- f) Emissão a 16 de março de 2024 do parecer do Conselho Fiscal sobre a transposição da OS 15/2020 (V3) Corporativa da CGD sobre o Código de Conduta da Caixa Geral de Depósitos;
- g) Emissão a 24 de abril de 2024 do Parecer do Conselho Fiscal sobre Regulamento da Função de Auditoria Interna;
- h) Emissão a 28 de maio de 2024 do parecer sobre o plano de atividades e orçamento 2024-2026;
- i) Emissão a 19 de junho de 2024 Parecer do CF sobre Serviço Adicional ao contrato ROC 2023-2025 (EY);
- j) Emissão a 30 de outubro de 2024 a Políticas de Transações com Partes Relacionadas;
- k) Emissão a 21 de novembro de 2024 do questionário *Inquiries of the Supervisory Board Fraud Risk*;
- l) Emissão a 18 de dezembro de 2024 do parecer do conselho fiscal sobre plano de actividades da função de auditoria interna;

#### Análise do Relatório do Governo Societário 2024

O Conselho Fiscal analisou o Relatório do Governo Societário elaborado pelo Conselho de Administração da CGD Pensões, sendo de destacar o cumprimento das práticas de bom governo por parte da CGD Pensões e uma efetiva segregação das funções de administração e fiscalização, desde a data de nomeação dos novos órgãos sociais.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do bom grau de cumprimento de todas as orientações legais, conforme destacado pelo Conselho de Administração no seu Relatório do Governo Societário.



Análise do Relatório e Contas 2024

A CGD Pensões apresentou um resultado líquido positivo de 892.349 €, registando uma variação negativa de 34% face a 2023, sendo de destacar o seguinte quanto à evolução da atividade, resultados e balanço durante o exercício de 2024:

- a) O valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões, em 31 de dezembro de 2024, ascendia a cerca de 874,9 milhões de euros, representando um acréscimo de 5,5%, face ao valor gerido no final do ano anterior.
- b) No final de 2024, a Sociedade geria 11 Fundos de Fechados, 3 Fundos de Pensões Abertos e um Fundo PPR. Para além das adesões individuais celebradas nos Fundos de Pensões Abertos, encontravam-se ainda sob gestão um total de 57 adesões coletivas.
- c) Os serviços prestados (i.e., comissões, consultoria, etc.) resultantes da atividade desenvolvida pela CGD Pensões totalizaram 3.261 milhares de euros, o que representou uma diminuição de 16% relativamente ao ano anterior;
- d) O total do Ativo representou 9,6 M€ diminuiu 1,7 M € (-15%) face a 31 de dezembro de 2023.
- e) O total do Capital Próprio diminuiu 5% assumindo o valor de 8.542.647 €.
- f) O total do Passivo diminuiu 55% para 1.101.553 €.

O Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Financeiras da CGD Pensões satisfazem as normas legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos e da atividade desenvolvida, representando de forma adequada a situação económica e financeira da sociedade.

**PARECER**

Com base na informação obtida e no trabalho efetuado, e tendo presente os aspetos descritos acima, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz e cumprem os requisitos legais aplicáveis;
- b) As Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 satisfazem e cumprem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, traduzindo uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e dos resultados da CGD Pensões;
- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no seu relatório não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

pelo que recomendam a respectiva aprovação pelo acionista.

Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, aos responsáveis e demais colaboradores das diferentes Direções da CGD Pensões e à equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, por toda a colaboração prestada.

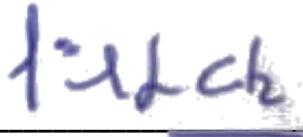
Lisboa 14 de abril de 2025

Assinado por: **JORGE FERNANDO REGATEIRO DE JESUS  
CARVALHEIRO**  
Num. de Identificação: 10825479  
Data: 2025.04.14 22:30:06+01'00'

---

Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalho

**Presidente**



---

Maria Manuel Seabra da Costa

**Vogal**

Assinado por: **Vitor Manuel Sequeira Simões**  
Num. de Identificação: 05666304  
Data: 2025.04.14 11:08:51+01'00'

---

Vitor Manuel Sequeira Simões

**Vogal**